

**- Informe de Política Externa Brasileira –  
Nº 214  
12/06/09 a 18/06/09**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).  
Mestres e Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento, Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini. Mestrandos em História pela UNESP de Franca: Victor Hugo de Souza Gonçalves e Tiago Pedro Vales. Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Felipe dos Santos (bolsista CNPq), Juliana Yumi Aoki, Celeste de Arantes Lazzerini, Patrícia Carmos, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida, Bruna Hunger Ribeiro,

**Brasil será avaliado pela OMC**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) avaliará se a medida brasileira de restrição à importação ao aço entrará na lista de barreiras protecionistas adotadas pelos Estados. Em um evento ocorrido no último dia 12 em Genebra, o diretor da OMC, Pascal Lamy, alertou para o crescimento do protecionismo que está acontecendo, apesar das promessas dos Estados de que não aprovariam barreiras comerciais. No caso do Brasil, o País elevou as taxas de importação ao aço, contudo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a ser indicado por Lamy como uma referência na resistência contra as barreiras (*O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/06/2009*).

**Celso Amorim visitou a França**

No dia 11 de junho o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, chegou à França para uma visita de dois dias. Ele se encontrou com seu homólogo francês,

Bernard Kouchner, para discutir as negociações bilaterais em temas como a reforma do sistema financeiro, a Rodada Doha, mudanças climáticas e a Conferência de Copenhague, além da parceria estratégica entre Brasil e França em áreas como a indústria bélica. Os ministros também trataram do acidente do voo 447 da Air France, conversaram sobre o atual estado das investigações realizadas por ambos os países, e sobre os trabalhos das autoridades brasileiras e francesas para dar assistência às famílias das vítimas (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 12/06/2009).

### **Lula comemorou o empréstimo de US\$ 10 bilhões ao FMI**

No dia 12 de junho, durante a solenidade na Universidade Federal de Sergipe, em Lagarto, o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva comemorou o empréstimo de US\$ 10 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como um indício de que a economia nacional está consolidada e estabilizada. O montante vai compor a soma de US\$ 500 bilhões, para a qual diversos países como EUA, Japão, China, Rússia e Índia também contribuirão, numa tentativa de reativar o comércio mundial e ajudar as economias mais afetadas pela crise financeira internacional (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2009; O Globo – Economia – 13/06/2009).

### **Celso Amorim declarou que o G-8 “morreu”**

No dia 12 de junho, após a palestra em comemoração dos dez anos de criação da cátedra do Mercosul do Instituto de Estudos Políticos de Paris (SciencesPo), o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, declarou que o G-8, grupo dos 7 países mais industrializados do mundo e a Rússia, morreu. Para o chanceler, se os importantes efeitos de economias emergentes, como Brasil, China e Índia forem considerados, o G-8 sozinho perdeu representatividade. Segundo o ministro, a discussão dividida em múltiplos fóruns internacionais, como G-8, G-14 e G-20, é contraproducente ao alcance de soluções. Contrariamente à declaração de Celso Amorim, o presidente brasileiro Luís Inácio da Silva, em solenidade nacional, declarou que o G-8, apesar de ter demonstrado não ser o âmbito mais adequado para tratar da crise financeira internacional, ainda tem importância política (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2009; O Globo – Economia – 13/06/2009).

### **Brasil defendeu a criação de um fundo de preservação mundial**

Durante o Fórum de Legisladores do G8+5 sobre Mudança Climática, em Roma, o Brasil defendeu a criação de um fundo internacional, composto por recursos de países desenvolvidos, para remunerar produtores ou donos de terra que

recuperarem e preservarem solo, florestas e mananciais (O Estado de S. Paulo – Vida & – 13/06/2009).

### **BRIC's realizaram primeira cúpula formal**

No dia 16 de junho, Brasil, China, Índia e Rússia (BRIC's) reuniram-se na primeira cúpula formal do grupo, em Ecaterimburgo, Rússia, visando buscar uma posição de maior destaque no cenário mundial através da formulação de um discurso unificado acerca de grandes temas. Dentre esses temas, pode-se destacar a substituição do dólar nas relações comerciais entre os membros do grupo, a segurança alimentar e energética, a mudança climática e a assistência ao desenvolvimento. Com esse intuito, foi negociada a realização de ações coordenadas em foros internacionais que venham a tratar da reforma do sistema financeiro e da governança política mundial. Foi decidido que os presidentes dos bancos centrais e os ministros de Finanças, de Energia e de Agricultura dos quatro países farão encontros periódicos para organizar estratégias comuns. As decisões tomadas na reunião dos BRIC's serão aplicadas no próximo encontro do G-20 (grupo dos 20 países mais industrializados), que acontecerá em setembro nos EUA, e na reunião do G-8 (grupo formado pelos países mais ricos e a Rússia) que ocorrerá em julho, na Itália. Além da declaração principal, os BRIC's divulgaram um documento sobre os riscos e as oportunidades oferecidas pelos biocombustíveis. A próxima reunião do grupo acontecerá no Brasil, em 2010 (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/06/2009; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/06/2009; O Globo – Economia – 13/06/2009; O Globo – Economia – 17/06/2009; O Globo – Economia – 18/06/2009).

### **Brasil foi questionado sobre os Direitos Humanos**

O governo brasileiro respondeu com um duro discurso à denúncia feita por diversas organizações não-governamentais ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) de estar pressionando os relatores independentes deste organismo. Tal fato ocorreu depois que o relator da ONU contra assassinatos sumários, Phillip Alston, afirmou não acreditar nos números apresentados pelo Brasil de que os homicídios estariam em queda. Embora a denúncia não cite explicitamente o país, as entidades cobram uma mudança na postura do Brasil na ONU e, referindo-se ao seu posicionamento na votação relacionada à Coreia do Norte e ao Sri Lanka, pediram que o país deixe de apoiar regimes que violam direitos humanos. Posteriormente, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reiterou a defesa da posição brasileira, alegando ser esta mais realista do que ações movidas por “sentimentos de culpa colonialista”. O ministro defendeu ações que de fato melhorem a situação e o

diálogo, ao invés do isolamento (Folha de S. Paulo – Mundo – 13/06/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 18/06/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/06/2009; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 12/06/2009; O Globo – O Mundo – 18/06/2009).

### **Acordo com Suíça para controle de movimentações financeiras**

Entra em vigor, a partir de julho de 2009, o acordo de cooperação jurídica penal entre Brasil e Suíça. O tratado visa acelerar os processos de investigação de fraudes, lavagem de dinheiro e corrupção nos bancos suíços. Para o Itamaraty o acordo facilitará a obtenção de documentos e extratos bancários de suspeitos. Apesar de não incluir a questão de evasão fiscal, o acordo facilitará a troca de informações sobre suspeitos de crimes financeiros e corrupção (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/06/2009).

### **Brasil considera reeleição no Irã indício de democracia**

O presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, e o Assessor de Assuntos Internacionais do Palácio do Planalto, Marco Aurélio Garcia, afirmaram que as manifestações contrárias a reeleição do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad são sinais da vida democrática e são positivas por evidenciar os sintomas de democracia no Irã. Lula e Gracia não colocaram em dúvida a vitória de Ahmadinejad e declararam acreditar que o debate gerado e o alto índice de votação são sinais de dinamismo político. Lula alegou incredulidade quanto à possibilidade de manipulação da votação, dada a grande diferença entre o número de votos de Ahmadinejad frente aos do candidato opositor. Já Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, preferiu esperar os resultados finais antes de maiores manifestações. Amorim destacou, porém, a respeitabilidade pela decisão por uma nova apuração dos votos. Com relação a uma nova visita do presidente iraniano reeleito ao Brasil, o ministro afirmou que aguardará o fim do processo eleitoral no Irã para que o assunto seja tratado; no entanto, o convite está mantido (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/06/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/06/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 18/06/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/06/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/06/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/06/2009; Globo – O Mundo – 16/06/2009; Globo – O Mundo – 18/06/2009).

### **Brasil Investiu US\$ 1,5 bi na Argentina**

O governo brasileiro assumiu o compromisso de investir US\$ 1,5 bilhão no Banco Central Argentino. Os recursos serão aplicados no financiamento do comércio bilateral e servirão, também, como garantia às reservas internacionais do país

vizinho. Com isso, o Brasil busca a eliminação das barreiras comerciais aplicadas pelo governo argentino (O Estado de S.Paulo – Economia & Negócios - 15/06/2009; O Estado de S.Paulo – Economia & Negócios - 16/06/2009).

### **Lula discursou na OIT e defendeu os Direitos Humanos**

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, participou da 98ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, Suíça. Na Conferência da OIT, Lula afirmou que o governo está atento a questão do trabalho escravo nas usinas de etanol, e que o movimento sindical precisa ser mais ativo na defesa do trabalhador. No Conselho de Direitos Humanos, Lula defendeu a vinculação entre desenvolvimento econômico, social e os Direitos Humanos para um real combate à desigualdade mundial, criticou a política europeia de imigração e defendeu a postura do governo brasileiro de não se chocar com regimes que violam os direitos humanos. Além dos Direitos Humanos, Lula reforçou a candidatura brasileira as Olimpíadas de 2016 e cobrou respostas mais efetivas dos líderes do G-20 e da ONU frente à crise econômica mundial (Folha de S. Paulo – Economia – 16/06/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 15/06/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/06/2009; O Estado de S. Paulo – Esportes – 16/06/2009; O Globo – Rio – 16/06/2009).

### **MINUSTAH continuará no Haiti**

No dia 16 de junho, o Itamaraty afirmou que a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), comandada pelo Brasil deverá continuar no país pelo menos até 2011. De acordo com Gilda Motta Santos Neves, chefe da Divisão das Nações Unidas do Itamaraty, o Conselho de Segurança apenas autorizará a saída da MINUSTAH do Haiti quando for confirmada a evolução da situação de segurança, do desenvolvimento econômico e social e da reconstrução institucional do país (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/06/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/06/2009).